

**HABEAS CORPUS Nº 538.695 - PE (2019/0304100-1)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PACIENTE : CARLOS CLEITON FERREIRA DE OLIVEIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário impetrado, com pedido de liminar, em benefício de CARLOS CLEITON FERREIRA DE OLIVEIRA, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente foi preso em flagrante em e teve a prisão convertida em preventiva, em 17/08/2016 (fl. 19), pela suposta prática do crime previsto no art.121, § 2º, II, III, IV e VI e § 2º-A, I, c.c. § 7º, II, todos do Código Penal (fl. 28).

Irresignada com o excesso de prazo para a formação da culpa, a Defesa impetrou **habeas Corpus** perante o Tribunal de origem. O Tribunal denegou a ordem, em acórdão, de fls. 25-30, que restou assim ementado:

**"EMENTA: HABEAS CORPUS. FEMINICÍDIO QUALIFICADO E MAJORADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TRAMITAÇÃO REGULAR, DE ACORDO COM RAZOABILIDADE E CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. COMPLEXIDADE DA CAUSA E VÁRIAS TESTEMUNHAS ARROLADAS. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

1. *Não há que se falar em excesso de prazo na formação da culpa, haja vista o trâmite relatado e a atuação regular do Judiciário.*

2. *"Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro de parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso*

*concreto" (Enunciado nº 84 da Súmula do STJ).*

*3. No caso dos autos, há de se ressaltar a complexidade do feito, a gravidade da conduta imputada ao paciente, a grande quantidade de testemunhas a serem ouvidas e a necessidade de expedição de carta precatória.*

*4. Ordem denegada. Decisão unânime" (fl. 25).*

Daí o presente **writ**, no qual sustenta a impetrante, em linhas gerais, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva decretada.

Pedido de liminar indeferido às fls. 39-40.

As informações foram prestadas às fls. 45-73.

O d. Ministério Público Federal, às fls. 79-84, manifestou pela não concessão da ordem, em parecer não ementado.

É o relatório.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame da razão veiculada no **mandamus**.

Relativamente ao pretendido excesso de prazo, o Tribunal **a quo** manifestou, **verbis**:

*"Consoante informações da autoridade coatora e consulta ao processo no sistema interno deste Tribunal - JUDWIN, verifica-se que o paciente teve o seu flagrante homologado e convertido em prisão preventiva na audiência de custódia realizada em 17/08/2016, pelo suposto cometimento do delito previsto no art. 121, §2º, II, III, IV e VI, §2º-A, I, c/c §7º, II, todos do*

**Código Penal c/c Lei n° 8.072/90.**

*Segundo a denúncia acostada aos autos (fls. 47/49), o ora paciente agrediu a enteada de cinco anos de idade com pancadas em todo o corpo, causando-lhe lesões que a levaram a óbito.*

*A denúncia foi recebida em 08/09/2016. Foram realizadas audiências de instrução e julgamento nos dias 01/02/2018 e 05/12/2018, ouvindo-se testemunhas. Restando ainda a oitiva de algumas testemunhas do Ministério Público, a audiência de continuação foi designada para o dia 06/06/2019.*

*Na audiência realizada em 06/06/2019 houve inquirição da testemunha de acusação José Glésio de Castro Heráclio, que já havia faltado por duas vezes, bem como requerimento do Ministério Público de "vista dos autos para manifestação, após a juntada do mandado de intimação da testemunha Maria Gabriela Gomes da Silva, a condução coercitiva da testemunha Israel José Barbosa, bem como reiterou o pedido de fls. 8lv, referente ao prontuário médico e certidão de óbito da vítima e, ainda, seja oficiado ao IML para, caso tenha sido realizado necropsia na vítima, que se apresente o respectivo laudo".*

*Foi designado o dia 10/12/2019 para realização de audiência de continuação da instrução.*

*Ressalte-se que são sete testemunhas arroladas pelo Ministério Público e ainda houve necessidade de expedição de carta precatória em relação a uma delas, fatos que inevitavelmente levam à dilação do prazo processual.*

*Há de se destacar, ainda, a complexidade do caso e a gravidade da conduta imputada ao paciente, que agrediu a enteada, menor e indefesa causando-lhe lesões que levaram a sua morte*

*[...]*

*In casu, há de ressaltar, portanto, a complexidade do caso, a gravidade da conduta imputada ao paciente, a grande quantidade de testemunhas a serem ouvidas e a necessidade de expedição de carta precatória" (fls. 25-30-grifei).*

Ainda, em consulta obtida no sítio do Tribunal de origem ([www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br)), verifico que o trâmite processual ocorre dentro da normalidade, inclusive com designação de continuação da audiência de instrução e julgamento para o dia **10/12/2019**, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário.

Ademais, na linha dos precedentes desta Corte, outra não é a conclusão a que se chega senão a de que o prazo para a conclusão da instrução

criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de **razoabilidade** para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

Nesse sentido, colhem-se os seguintes precedentes:

*"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE JULGOU PREJUDICADO O HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PREJUDICADA. MATÉRIA APRECIADA NO HC N. 485.254/RJ INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO PODER JUDICIÁRIO OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS E/OU FUNDAMENTOS. PREJUDICADA. MATÉRIA APRECIADA NO HC N. 481.628/RJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada por seus próprios fundamentos.*

*II - A alegação de excesso de prazo da custódia cautelar se encontra prejudicada, porquanto já foi objeto de apreciação por esta Relatoria, nos autos do HC n. 485.254/RJ, em 25/3/2019, o qual foi alvo, inclusive, do recurso de agravo regimental, oportunidade em que se restou consignado que, uma vez oferecida a denúncia pelo Ministério Público Federal, houve a perda do objeto do writ.*

*III - Na linha dos precedentes desta Corte, o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar por meio do juízo de razoabilidade, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.*

*IV - A tese de ilegalidade da prisão preventiva por ausência dos pressupostos e/ou fundamentos já foi devidamente considerada pela Quinta Turma desta Corte Superior, no julgamento do AgRg no HC n. 481.628/RJ, em 19/2/2019, oportunidade em que o agravo regimental foi desprovido, à unanimidade, restando-se clara a existência de reiteração de pedidos.*

*Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 500.217/RJ, Quinta turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 30/04/2019, grifei).*

**"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 157, § 3.º, DO CÓDIGO PENAL, NA REDAÇÃO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI N.º 13.654/2018. INSURGÊNCIA QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO QUANTO À PACIENTE CRISTIANE DE ALMEIDA PEREIRA E SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA QUANTO AOS DEMAIS ACUSADOS. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIAL NÃO EVIDENCIADA. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA PARTE, DENEGADA.**

1. No que diz respeito à alegada falta de fundamentação do decreto de prisão preventiva, verifica-se que o presente writ, quanto à Paciente CRISTIANE DE ALMEIDA PEREIRA, veicula mera reiteração de pedido já formulado no RHC n.º 98.579/MG, julgado pela Sexta Turma desta Corte.

2. Quanto à suposta ausência dos requisitos da segregação cautelar relacionada aos demais Pacientes e ao pleito de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, cuida-se de teses não apreciadas pelo Tribunal impetrado, o que torna inviável o seu exame por esta Corte, sob pena de supressão de instância. Precedentes.

3. Os prazos indicados para a consecução da instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual eles têm sido mitigados pela jurisprudência dos Tribunais Pátrios, à luz do princípio da razoabilidade. Desse modo, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando esse for motivado por descaso injustificado do Juízo processante, o que não se verifica na hipótese.

4. De fato, conforme consignou a Corte estadual, "o feito originário é dotado de certa complexidade, uma vez que envolve pluralidade de réus (quatro) e, ao menos, oito (08) testemunhas, o que justifica a dilação do prazo para o encerramento do feito". Registre-se, ainda, que, em consulta formulada na primeira instância, no endereço eletrônico mantido pelo Tribunal a quo, constatou-se ter havido expedição de cartas precatórias para Comarcas diversas da localidade do fato delituoso, tendo sido designada audiência de instrução e julgamento para o próximo mês de abril (1º/04/2019).

5. Ordem de habeas corpus parcialmente conhecida e, nessa parte, denegada" (HC n. 486.286/MG, **Sexta turma**, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. **Laurita Vaz**, DJe de 30/04/2019, grifei)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tenho, portanto, que, **in casu**, verifica-se pelas informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau (fls. 45-73), assim como pela consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, que a tramitação processual transcorre nos limites da razoável duração do processo, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário, razão pela qual, **por ora**, não se reconhece o constrangimento ilegal suscitado.

**Ante o exposto, não conheço do habeas corpus.** Expeça-se, contudo, recomendação ao Juízo **da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista/PE** para que imprima a maior celeridade possível no julgamento do feito.

P.I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator